

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 06, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO
DE 1993.

Aos dezoito dias do mês de novembro, do ano de mil novecentos e noventa e três, as dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se extraordinariamente o Poder Legislativo em sua Sede sob a Presidência do vereador Roque Danilo Exner, estando ainda presentes os seguintes edis: José Führ, Agenor Eloir Schmidt, Francisco Exner, João Adelmo Welter, Mauro Moacir Diefenbach, Carlos Henrique Schaeffer e Renato José Schneider. O Presidente declarou aberta a Reunião e solicitou ao Secretário da Mesa Diretora vereador Renato José Schneider, a procedência da leitura do ofício nº 341/Gab/93, no qual são feitos todos os esclarecimentos sobre o dinheiro recebido da União e sobre a ajuda da Prefeitura. Ainda no mesmo, sendo feita a convocação da Câmara de Vereadores para deliberar sobre a matéria do Projeto de Lei nº 75/93.

ORDEM DO DIA - O Presidente antes do Projeto ser votado, disse que casos como esse, deveria se cuidar um pouco para que não acontecessem. Ainda falou que o relator deveria obter as informações necessárias, ou que talvez fosse melhor informado pelo Executivo sobre o assunto a ser tratado. O relator, vereador José Führ em primeiro lugar pediu uma votação, pela qual desejava saber se os colegas aceitariam que ele pagasse essa Reunião Extraordinária. Que fora condenado pelo Prefeito por gastar dinheiro público, pois que ele dissera que as pessoas favorecidas com a instalação da rede de energia elétrica, iriam contribuir com Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros reais) por terreno, e que com a realização da reunião extraordinária, teria que tirar desse dinheiro para pagar essa reunião. E que isso lhe doera demais sendo que por esse motivo queria pagar a referida reunião. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que o vereador Jose Führ era o relator, mas que não agira de má fé, certamente ao contrário, pois já que os fatos não estavam claros queria obter mais informações. O vereador José Führ disse que deste que ele era vereador, jamais pensara em gastar dinheiro público. O Presidente disse que o vereador José Führ não precisava querer pagar essa reunião, pois que os demais vereadores também poderiam cometer esse erro, pois afinal eram 04 (quatro) anos de mandato. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que a pouco tempo foi realizada também uma reunião extraordinária por falha do Assessor Legislativo e do Presidente da Mesa Diretora. O vereador Jose Führ falou ainda que no futuro não queria ser acusado por ter feito a Prefeitura gastar CR\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros reais) com o pagamento de uma Reunião Extraordinária para 08 (oito) vereadores. O Presidente disse que gostaria de saber se o colega, vereador Arlindo Vogel havia sido convocado para a referida reunião. Sendo que os demais vereadores não souberam dizer ao certo se ele havia ou não, sido convocado, mas o vereador Renato J. Schneider falou que a Secretaria da Fazenda, Administração e Planejamento, Solange Hansen, esteve na casa dele para convoca-lo para essa reunião e que ela dissera que estava querendo ir ainda na casa do vereador Arlindo Vogel para convoca-lo também a participar da mesma. O vereador Jose Führ falou que o Prefeito dissera que as obras de eletrificação teriam que ser iniciadas logo, pois senão perderia muito dinheiro. O vereador Renato J. Schneider disse que o dinheiro entrava nos cofres da Prefeitura, mas que o Executivo dependia dos vereadores para autorizá-lo a gastar o mesmo. Colocada em votação a proposta do vereador José Führ, de o mesmo pagar a reunião extraordinária, foi a mesma rejeitada por unanimidade. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que o colega, vereador Jose Führ não tinha culpa, que ele não havia errado, pois que somente se quis informar melhor, uma vez que não estava claro o apresentado, e que o relator de um projeto tinha todo direito de pedir mais tempo para melhor estudar o mesmo. O vereador Jose Führ falou que agora com as explicações dadas pelo Executivo ficará claro e que seu parecer a respeito do Projeto de Lei nº 75/93, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas parciais com obras de eletrificação rural no Município e dá outras providências, era favorável. Colocado então em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 2ª (segunda) votação. O Presidente falou que, como numa Reunião Extraordinária somente era deliberado sobre o assunto, motivo da convocação, e como esse havia sido tratado, declarou encerrada a Reunião. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Assessor Legislativo, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada, será subscrita, pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.